



INSTRUÇÕES

Senhor(a) Candidato(a),

Você está recebendo o caderno de provas, com 33 (trinta e três) páginas, relativo à primeira fase do concurso. Trata-se da prova de múltipla escolha (objetiva), com 100 questões, cada uma com quatro alternativas, que versam sobre as matérias publicadas no Edital.

ATENÇÃO: só há uma alternativa correta para cada uma das questões.

Verifique se há alguma irregularidade no seu caderno de provas (falta ou excesso de páginas, falha de impressão, etc). Havendo, chame um dos FISCALIS da sala e peça a substituição do caderno.

A duração da prova é de 5 (cinco) horas. Soará um sinal quando faltar 1 (uma) hora para o término do horário previsto e, outro, quando do encerramento.

No transcorrer do horário será entregue o cartão-resposta, que deverá ser preenchido segundo as orientações nele contidas.

ATENÇÃO: não faça rasuras no cartão-resposta. Em hipótese alguma haverá substituição.

Tanto o cartão-resposta quanto o caderno de provas deverão ser devolvidos ao fiscal quando o(a) candidato(a) terminar a sua prova.

O(a) candidato(a) só poderá levar o caderno de provas após o término do horário previsto. Os cadernos devolvidos aos fiscais ficarão à disposição dos que tiverem interesse em reavê-los, a partir das 08:00 horas, do dia 05 de junho (segunda-feira), na Secretaria da Comissão de Seleção e Treinamento, localizada na sala 153, no prédio do Tribunal de Justiça.

NÃO SERÁ PERMITIDA consulta a livros, anotações ou qualquer outro meio eletrônico ou informatizado. Também não será permitida a comunicação entre os candidatos.

O(a) candidato(a) deverá permanecer **obrigatoriamente** na sala de prova por, no mínimo, 4 (quatro) horas após o início.

Boa Prova!

Nome completo do(a) Candidato(a)

(Sala)

Direito Constitucional

001 - Em se tratando de Poder Constituinte – manifestação soberana da vontade política de um povo, social e juridicamente organizado, objetivando a limitação do poder estatal e a preservação dos direitos e garantias individuais, pode-se afirmar que:

- a) a superioridade da norma constitucional sobre a legislação infraconstitucional funda-se na existência e autoridade do poder constituinte;
- b) as normas constitucionais, frutos de emendas à CF, constituem preceitos de diferente hierarquia das normas constitucionais originárias porque ingressas no ordenamento jurídico pelo poder constituinte derivado;
- c) em sede de mandado de segurança é próprio o controle abstrato de constitucionalidade sobre emenda constitucional;
- d) o *direito de secessão* é previsto na organização do Estado Federal brasileiro pelo poder constituinte derivado e afasta a intervenção da União no Estado-membro.

002 - Observados os princípios que regem o processo legislativo, a competência constitucional para legislar sobre procedimentos em matéria processual é:

- a) privativamente da União;
- b) exclusivamente da União;
- c) concorrente da União, dos Estados e Distrito Federal;
- d) exclusivamente da União e dos Municípios.

003 - A regra de iniciativa privativa do Poder Executivo para os projetos de lei referentes à matéria orçamentária é obrigatória para os Estados e Municípios. Todavia, o legislador constituinte, em matéria tributária, consagrou para os projetos de lei:

- a) a iniciativa privativa do poder legislativo;
- b) concorrência de iniciativa entre executivo e legislativo;
- c) iniciativa reservada ao poder executivo;
- d) nenhuma das afirmativas está correta.

004 - Considerando a presunção de inocência (art. 5º, LVII CF), um dos princípios basilares do Estado de Direito como garantia processual penal, visando a tutela da liberdade pessoal, assinale a alternativa incorreta:

- a) não está assegurado ao condenado o direito de aguardar em liberdade o julgamento de recurso especial ou extraordinário;
- b) há necessidade de o Estado comprovar a culpabilidade do indivíduo;

- c) () não se pode lançar o nome do acusado no rol dos culpados enquanto réu no processo penal;
- d) () é afastada a constitucionalidade das espécies de prisões provisórias, permanecendo válidas as prisões temporárias, em flagrante, preventiva, etc.

005 - Quanto às leis delegadas, assinale a alternativa correta:

- a) () pode ser objeto de delegação matéria reservada a lei complementar;
- b) () a delegação, uma vez concedida, será ampla e irrestrita;
- c) () se o Executivo exorbitar os limites da delegação, será de competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos administrativos;
- d) () não será objeto de delegação a legislação sobre nacionalidade, cidadania, direitos individuais, sociais, políticos, econômicos e eleitorais.

006 - A medida cautelar dotada de eficácia contra todos, concedida na ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual em face de dispositivo da Constituição Federal, via de regra, tem efeito:

- a) () *ex nunc*;
- b) () não tem nenhum efeito;
- c) () *ex tunc*;
- d) () *ex nunc* e *ex tunc*.

007 - Observado o *quorum* exigido na lei nº 9.868/99, a decisão do julgamento de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Estadual, somente será proclamada:

- a) () pela manifestação da maioria dos desembargadores presentes à sessão;
- b) () pela manifestação de mais da metade de todos os desembargadores que integram o Tribunal;
- c) () pela manifestação de 2/3 dos desembargadores votantes;
- d) () pela manifestação de 3/5 dos desembargadores presentes à sessão.

008 - A teor da lei de regência, a decisão de mérito que declara a inconstitucionalidade de lei em ação direta, faculta a interposição de:

- a) () ação rescisória;
- b) () recurso especial;
- c) () recurso extraordinário;
- d) () embargos declaratórios.

009 - Assinale a proposição correta:

- a) () na ação declaratória de constitucionalidade, reconhecida a presunção absoluta de constitucionalidade da espécie normativa por decisão do Supremo Tribunal Federal, a essa decisão não ficam vinculados o Judiciário e o Executivo;
- b) () a natureza da decisão de mérito proferida na ação direta de inconstitucionalidade por omissão tem caráter obrigatório e mandamental, por tratar-se de uma ordem judicial dirigida a outro órgão do Estado;
- c) () na ação direta de inconstitucionalidade é vedada a concessão de medida cautelar em razão das relações jurídicas constituídas;
- d) () na ação de inconstitucionalidade interventiva é obrigatória a concessão da cautelar para suspender a eficácia das relações jurídicas completadas.

010 - A quebra ou preterição na ordem cronológica formada para pagamento de precatórios judiciais, prevista na norma constitucional, enseja a proposição, pelo credor preterido:

- a) () de ação de intervenção;
- b) () de mandado de segurança;
- c) () do seqüestro constitucional;
- d) () de recurso ordinário.

Direito Administrativo

011 - Quanto ao objeto imediato do procedimento licitatório, é correto afirmar:

- a) () consiste na obtenção de certa obra, serviço, compra, alienação, locação ou prestação de serviço público, a serem produzidos por particular por intermédio de contratação formal;
- b) () consiste no próprio ato de contratação formal do particular que apresentou a melhor proposta no procedimento licitatório;
- c) () consiste na seleção de determinada proposta que melhor atenda aos interesses da Administração;
- d) () consiste na especificação dos bens ou serviços a serem produzidos pelo proponente vencedor da licitação.

012 - Tendo em vista o disciplinamento dado pela Lei nº 8.666, de 21/6/1993 - Estatuto dos Contratos e Licitações - quanto à formalização do contrato administrativo, é correto afirmar:

- a) () em virtude do princípio do formalismo que inspira as atividades da Administração, os contratos administrativos devem ser formalizados através de instrumento escrito, não se admitindo, em hipótese alguma, o contrato verbal;

- b) () depois de celebrados, os contratos administrativos devem ser publicados, embora resumidamente, no órgão oficial de imprensa da entidade pública contratante, sendo tal solenidade condição essencial para sua eficácia;
- c) () dentre as cláusulas essenciais dos contratos administrativos, também ditas necessárias, não se inclui a que estabelece a responsabilidade das partes por eventual descumprimento do contrato;
- d) () para assegurar o cumprimento do contrato, pode a Administração exigir da parte contratada determinada garantia, independentemente de qualquer previsão anterior no instrumento convocatório.

013 - Quanto à anulação do ato administrativo, é correto afirmar:

- a) () a Administração pode rever seus próprios atos através do exercício do poder de autotutela, contudo, a revisão pode alcançar unicamente aspectos de legalidade do ato;
- b) () a Administração pode anular seus próprios atos através do exercício do seu poder de autotutela, todavia, não poderá fazê-lo "ex officio", pois depende necessariamente de que alguém o solicite;
- c) () a anulação do ato administrativo opera "ex tunc";
- d) () a convalidação é o processo de que se vale a Administração para aproveitar atos administrativos com vícios insanáveis, fazendo-o por meio da reforma do ato inquinado de vício de legalidade.

014 - Assinale a assertiva correta:

- a) () a fundação, a empresa pública e a sociedade de economia mista são entidades criadas por lei, sendo todas dotadas de personalidade jurídica de direito privado;
- b) () as agências reguladoras, pessoas jurídicas de direito privado, são entidades criadas por lei com típica função de controle dos serviços e atividades exercidos sob o regime de concessão;
- c) () as autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por autorização legal, integram a Administração Indireta, tem por finalidade desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado;
- d) () os bens do patrimônio das fundações públicas de direito público são caracterizados como bens públicos, ao passo que as fundações públicas de direito privado tem seu patrimônio constituído de bens privados.

015 - Com relação ao poder regulamentar da Administração Pública, é correto afirmar:

- a) () sob o enfoque de que os atos normativos podem ser originários e derivados, o poder regulamentar é de natureza originária, uma vez que somente é exercido à luz de lei preexistente.

- b) () compete exclusivamente ao Congresso Nacional anular os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- c) () o Executivo pode se eximir de regulamentar a lei omissa quanto à fixação de prazo para a sua regulamentação.
- d) () o sistema jurídico pátrio não contempla norma autorizadora da edição de regulamentos autônomos.

016 - Entende-se como poder de polícia:

- a) () a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade.
- b) () a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a intervir no exercício das atividades privadas suscetíveis de causar danos ao meio ambiente e ao patrimônio público.
- c) () atividade coercitiva, auto-executável e vinculada do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.
- d) () atividade vinculada, coercitiva e auto-executável do Estado consistente em impor restrições singulares ao exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.

017 - Assinale a opção correta:

- a) () não há óbice a que o Estado-membro promova desapropriação de imóvel rural por interesse social, desde que este não seja para reforma agrária.
- b) () a terra nua, na desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, é indenizada em moeda corrente nacional de curso forçado no País.
- c) () os bens do domínio dos Estados, Municípios e Distrito Federal não podem ser desapropriados pela União, e nem os do Municípios pelos Estados.
- d) () a desapropriação, pela forma como se consuma, é considerada forma de aquisição derivada.

018 - Assinale a opção correta:

- a) () por serem independentes as órbitas administrativas, civil e penal, a responsabilidade administrativa do servidor nunca será afastada pela absolvição criminal.
- b) () servidores públicos especiais são aqueles que executam certas funções de especial relevância no contexto geral das funções do Estado, sendo, por isso mesmo, sujeitos a regime jurídico funcional diferenciado, sempre estatutário, e instituído por diploma normativo específico.

- c) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- d) após o estágio probatório, o servidor público adquire estabilidade, somente perdendo o cargo em virtude de sentença transitada em julgado.

019 - Assinale a opção incorreta:

- a) o princípio da publicidade tem por escopo manter a total transparência na prática dos atos da Administração Pública.
- b) o princípio da moralidade está normalmente associado ao princípio da legalidade, isso porque, em algumas ocasiões, a imoralidade consistirá na ofensa direta à lei e aí violará o princípio da legalidade.
- c) o princípio constitucional da eficiência não tem gerado mudança no comportamento funcional da Administração Pública dado o seu caráter meramente programático.
- d) o princípio da impessoalidade visa impedir que o administrador pratique ação ou omissão para beneficiar a si próprio ou a terceiros.

020 - Sobre o mandado de segurança, é correto afirmar:

- a) pode ser impetrado contra a coisa julgada.
- b) pode ser impetrado visando a correção de ato contra o qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo.
- c) pode ser impetrado contra atos meramente normativos (lei em tese).
- d) seu objeto será sempre a correção de ato ou omissão de autoridade, desde que ilegal e ofensivo de direito individual ou coletivo, líquido e certo, do impetrante.

Direito Tributário

021 - Na chamada substituição tributária é incorreto afirmar:

- a) a lei exclui a responsabilidade do contribuinte (substituído) e a atribui a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador (substituto);
- b) o substituto legal tributário está de alguma forma ligado ao fato imponible, participando da cadeia de produção (comercialização);
- c) a lei não exclui totalmente da relação jurídica (obrigação) tributária o contribuinte, pois este fica com a obrigação de pagar o tributo, em caso de não pagamento por parte do substituto legal;
- d) ocorrendo a substituição tributária, nenhuma responsabilidade resta para o substituído (contribuinte), de quem o fisco nunca poderá exigir o tributo.

022 - Assinale a alternativa correta:

- a) as pessoas absolutamente incapazes, como os menores e os deficientes mentais, não possuem capacidade tributária, pois não podem exprimir validamente suas vontades;
- b) falta capacidade tributária aos advogados e médicos que estejam suspensos ou impedidos de exercerem suas respectivas profissões;
- c) a capacidade tributária independe da capacidade civil;
- d) se a pessoa jurídica não estiver regularmente constituída (não houver contrato social, registro no órgão competente, inscrição fiscal), existindo apenas "de fato", fica excluída da obrigação de pagar os tributos devidos, pois não tem existência legal.

023 - Sobre prescrição e decadência no Direito Tributário é correto afirmar:

- a) no Direito Tributário, deve-se analisar o instituto da prescrição sob os dois sujeitos da relação: a prescrição do direito do Fisco é a perda de seu direito de propor ação executiva fiscal; para o contribuinte, é a perda do direito de ação para pleitear a repetição;
- b) segundo o CTN a ação de cobrança do crédito tributário (para o fisco) prescreve em 03 (três) anos, contados da data da sua constituição definitiva;
- c) a prescrição faz perecer o próprio direito do contribuinte, ao passo que a decadência impede o exercício da ação correspondente a um direito subjetivo de natureza material;
- d) a prescrição, atualmente, só pode ser decretada, de ofício, pelo juiz, ao contrário da decadência que precisa ser alegada por uma das partes.

024 - É correto dizer que:

- a) o princípio da razoabilidade se encontra expressamente previsto na Constituição de 1988, razão pela qual é largamente reconhecido pela comunidade jurídica pátria;
- b) é árdua a tarefa de distinguir os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo que grande parte da doutrina e da jurisprudência emprega os dois termos indistintamente, como sinônimos;
- c) o princípio da proporcionalidade tem uma função negativa (não ultrapassar os limites do juridicamente aceitável), ao passo que o princípio da razoabilidade tem uma função positiva (demarcar aqueles limites, indicando como se manter dentro deles);
- d) existe legislação própria regulamentando a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

025 - Assinale a alternativa correta:

- a) é possível o pagamento de tributo "in natura";

- b) é possível o pagamento de tributo "in labore";
- c) é possível o pagamento de tributo mediante dação de imóveis em pagamento;
- d) todas estão corretas.

026 - Sobre a natureza do tributo podemos dizer que:

- a) não pode consistir numa prestação que constitua sanção de ato ilícito;
- b) o fato gerador da obrigação tributária pode ser uma atividade ilícita
- c) não pode incidir sobre a aquisição de quaisquer valores econômicos ou rendimentos originados de atividade ilícita;
- d) possui, via de regra, caráter punitivo, como acontece na cobrança de multa.

027 - De acordo com a atual Carta Magna, alguns tributos são excluídos da incidência do princípio da anterioridade, tais como:

- a) imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e o imposto de importação;
- b) impostos extraordinários e impostos sobre grandes fortunas;
- c) imposto sobre produtos industrializados e imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- d) imposto de importação e imposto de exportação.

028 - Assinale a opção incorreta:

- a) a Constituição Federal veda a utilização do tributo com efeito confiscatório;
- b) a regra que veda utilizar tributo com efeito de confisco significa, na verdade, que o tributo não deve subtrair mais do que uma parte razoável do patrimônio ou da renda do contribuinte;
- c) a multa decorrente do descumprimento da obrigação tributária não se submete ao princípio da vedação ao confisco;
- d) o princípio da vedação ao confisco consiste em uma imunidade, na salvaguarda do mínimo vital necessário ao eficaz desenvolvimento da dignidade humana e da continuidade da empresa.

029 - Sobre tributo oculto ou disfarçado é incorreto afirmar:

- a) está embutido no preço de bens ou de serviços prestados pelo Estado, através de suas empresas ou de concessionárias, com preços fixados de forma unilateral;
- b) não é instituído com obediência às normas e princípios que, em nosso Direito, regem a instituição e cobrança de tributos, razão pela qual é visto pela maioria dos tributaristas como inconstitucional;

- c) () é uma prestação pecuniária compulsória que não constitui sanção de ato ilícito;
- d) () ele é instituído e cobrado apenas pelos Estados da Federação.

030 - No que tange às limitações do poder de tributar, é incorreto afirmar que:

- a) () é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, bem como instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;
- b) () é vedado à União conceder incentivos fiscais para somente uma determinada região do País, pois isso implica em distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro;
- c) () é vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;
- d) () é vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Direito Civil

031 - Marque a alternativa correta:

- a) () o contrato preliminar, inclusive no que se refere à forma, deverá conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado;
- b) () é lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão;
- c) () no que se refere ao contrato de doação, é permitida a renúncia antecipada ao direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário;
- d) () o empreiteiro de uma obra não pode contribuir para ela só com seu trabalho, sendo indispensável que também forneça o material.

032 - Marque a alternativa correta:

- a) () quem quer que ache coisa alheia perdida há de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor, e terá direito a uma recompensa não inferior a 5% (cinco por cento) do seu valor, além da indenização pelas despesas que houver feito com a conservação e transporte da coisa, se o dono não preferir abandoná-la;
- b) () o possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho, restituído no de turbação, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado;
- c) () a posse não se transmite aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres;

d) () a acessão pode dar-se por avulsão, que corresponde aos acréscimos formados, sucessiva e imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas destas.

033 - Marque a alternativa correta:

a) () são direitos do condômino: usar, fruir e livremente dispor das suas unidades; usar das partes comuns, conforme a sua destinação, e contanto que não exclua a utilização dos demais compossuidores; e votar nas deliberações da assembléia e dela participar, mesmo não estando quite;

b) () o condômino que não cumpre reiteradamente com os seus deveres perante o condomínio poderá, por deliberação de 2/3 (dois terços) dos condôminos restantes, ser constrangido a pagar multa correspondente até ao quádruplo do valor atribuído à contribuição para as despesas condominiais, até ulterior deliberação da assembléia;

c) () depende de aprovação de $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos votos dos condôminos a alteração da convenção, a mudança da destinação do edifício, ou da unidade imobiliária;

d) () é obrigatório o seguro de toda a edificação contra o risco de incêndio ou destruição, total ou parcial.

034 - No que diz respeito ao patrimônio de afetação, marque a alternativa correta:

a) () ele se comunica com os demais bens, direitos e obrigações do patrimônio geral do incorporador ou de outros patrimônios de afetação por ele constituídos e só responde por dívidas e obrigações vinculadas à incorporação respectiva;

b) () os bens e direitos integrantes do patrimônio de afetação jamais poderão ser objeto de garantia real em operação de crédito;

c) () considera-se constituído o patrimônio de afetação mediante averbação, a qualquer tempo, no Registro de Imóveis, de termo firmado pelo incorporador e, quando for o caso, também pelos titulares de direitos reais de aquisição sobre o terreno;

d) () os efeitos da decretação da falência ou da insolvência civil do incorporador atingem os patrimônios de afetação constituídos.

035 - Marque a alternativa correta:

a) () as empresas jornalísticas políticas não podem ser de propriedade de estrangeiros e de sociedade por ações ao portador; no entanto, essa restrição não se aplica no que se refere às empresas jornalísticas simplesmente noticiosas;

b) () nem estrangeiros nem pessoas jurídicas, inclusive os partidos políticos nacionais, poderão ser sócios de sociedades proprietárias de

empresas jornalísticas, podendo, no entanto, nem exercer sobre elas controle direto ou indireto;

c) () as empresas de radiodifusão, de acordo com a lei, têm permissão para manter contratos de assistência técnica com empresas ou organizações estrangeiras;

d) () será assegurado e respeitado o sigilo quanto às fontes ou origem de informações recebidas ou recolhidas por jornalistas, radiorepórteres ou comentaristas.

036 - Sobre o parcelamento do solo, marque a alternativa correta:

a) () considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;

b) () não será permitido o parcelamento do solo em terrenos com declividade igual ou superior a 40% (quarenta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

c) () considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes;

d) () caberão aos Estados o exame e a anuência prévia para a aprovação, pelos Municípios, de loteamento e desmembramento quando localizados em áreas de interesse especial, tais como as de proteção aos mananciais ou ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, assim definidas por legislação estadual ou federal; quando o loteamento ou desmembramento localizar-se em área limítrofe do município, ou que pertença a mais de um município, nas regiões metropolitanas ou em aglomerações urbanas, definidas em lei estadual ou federal; e quando o loteamento abranger área superior a 1.000.000 m².

037 - Marque a alternativa correta:

a) () é patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade e atividade inventiva, sendo dispensável a sua aplicação industrial;

b) () é patenteável como modelo de utilidade o objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação;

c) () o pedido de patente de invenção poderá se referir a mais de uma invenção;

d) () a invenção é dotada de atividade inventiva sempre que, para o homem médio, não decorra de maneira evidente ou óbvia do estado da técnica.

038 - Marque a alternativa correta:

- a) o casamento religioso, se celebrado sem as formalidades exigidas pelo Código Civil, não terá efeitos civis;
- b) a sociedade conjugal só se dissolve pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio;
- c) o juiz pode recusar a homologação e não decretar a separação judicial se apurar que a convenção não preserva suficientemente os interesses dos filhos ou de um dos cônjuges;
- d) o divórcio só será concedido depois de partilhados os bens.

039 - Especificamente sobre a Lei 6015/73, marque a alternativa correta:

- a) a noticiada lei rege o registro civil de pessoas naturais, o registro civil de pessoas jurídicas, o registro de títulos e documentos, o registro de imóveis, assim como toda e qualquer outra forma de registro existente;
- b) será nulo o registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente;
- c) a emancipação concedida por sentença judicial deverá ser anotada gratuitamente;
- d) as declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante despacho do juiz competente do lugar da residência do interessado, sendo dispensado o noticiado despacho se o registrando tiver menos de dez anos de idade.

040 - Marque a alternativa correta:

- a) é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais;
- b) os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-lo pública e semestralmente;
- c) contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços; a inserção de cláusula no formulário desfigura a natureza de adesão do contrato;
- d) o fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio, o qual, salvo estipulação em contrário, terá validade pelo prazo de vinte dias, contado de seu recebimento pelo consumidor.

Direito Comercial

041 - Assinale a alternativa correta. Tratando-se a desconsideração da personalidade jurídica de uma sociedade empresária, a possibilidade de se ignorar a personalidade jurídica autônoma da entidade, segundo o Código Civil, dar-se-á:

- a) Por decisão judicial a requerimento do Ministério Público, quando verificada a ocorrência de crime de sonegação fiscal com grave prejuízo a qualquer das partes do processo;
- b) Por decisão judicial ou ato administrativo, quando verificada infração da lei, com prejuízo à Fazenda Pública;
- c) Por decisão judicial, a requerimento da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir, no caso de confusão patrimonial;
- d) Por decisão judicial, tomada de ofício, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir, sempre que a sociedade não tiver bens para honrar suas obrigações, e comprovado o desvio de finalidade.

042 - Assinale a alternativa correta:

- a) a sociedade anônima ou companhia constitui pessoa jurídica de direito público, empresária por força de lei, criada com o objetivo de auferir lucro, cujo capital não pode ser dividido em frações transmissíveis;
- b) a sociedade anônima ou companhia deve ser informada pelos seguintes princípios estruturantes: "responsabilidade ilimitada" e "vedação de divisão do capital em frações negociáveis";
- c) a "companhia aberta" é a sociedade anônima cujo capital não pode ser disseminado pelo público, conforme índices e percentagens obrigatórios, e cujas ações e outros títulos mobiliários de sua emissão, não podem, em hipótese alguma, ser negociados em bolsa ou fora dela, por meio de instituição financeira habilitada;
- d) na sociedade anônima ou companhia o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir.

043 - Quanto à nota promissória, marcar a alternativa correta:

- a) constitui uma promessa de pagamento, pela qual alguém se obriga a pagar a outrem certa soma em dinheiro e apenas pode ser emitida pelo empresário com base em fatura representativa de compra e venda;
- b) não comporta a figura do aval;
- c) intervêm fundamentalmente duas pessoas: emitente (pessoa que promete o pagamento) e beneficiário ou tomador (pessoa titular do crédito, a quem a nota promissória deve ser paga);
- d) comporta a figura do aceite, necessitando dele.

044 - Assinale a alternativa correta:

- a) a letra de câmbio não pode ser denominada de cambial e não constitui título de crédito;
- b) o aceite pode ser considerado a declaração pela qual o tomador compromete-se a realizar o pagamento e no caso da letra de câmbio é o tomador que, aceitando a letra, deve pagar o seu valor;
- c) o cheque pode ser considerado documento literal e causal, não passível de endosso;
- d) a duplicata é título de crédito causal, facultativamente emitido pelo empresário, com base em fatura representativa de compra e venda.

045 - Quanto às sociedades limitadas, assinale a alternativa correta:

- a) todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social;
- b) limitada é a responsabilidade da sociedade e não do cotista;
- c) uma vez completo o capital social, o patrimônio particular dos sócios será afetado por débitos da sociedade;
- d) a responsabilidade dos sócios será sempre limitada, mesmo quando estes decidirem contrariamente à lei ou ao contrato social.

046 - Marque a alternativa correta:

- a) a duplicata não pode ser protestada por falta de aceite;
- b) não mais existe a previsão, no Direito Brasileiro, de emissão de triplicata, mesmo que ocorra a perda ou o extravio da duplicata;
- c) em regra, a duplicata é de aceite compulsório; e o comprador só poderá deixar de aceitar a duplicata por um dos motivos relevantes, previstos na Lei das Duplicatas (Lei n. 5.474, de 18 de julho de 1968) que são:
 - I - avaria ou não-recebimento das mercadorias, quando não expedidas ou não entregues por sua conta e risco;
 - II - vícios, defeitos e diferenças na qualidade ou na quantidade das mercadorias, devidamente comprovados e,
 - III - divergência nos prazos ou nos preços ajustados;
- d) a duplicata sem aceite jamais poderá ser executada judicialmente, não constituindo título executivo extrajudicial, mesmo que haja sido protestada, detenha o credor documento hábil comprobatório da entrega e recebimento da mercadoria e o sacado não haja, comprovadamente, recusado o aceite, no prazo, nas condições e pelos motivos previstos nos arts. 7º e 8º da Lei n. 5.474, de 18 de julho de 1968.

047 - Assinale a alternativa correta, quanto ao arrendamento mercantil (*leasing*):

- a) configura simples contrato de locação e vem previsto exclusivamente na lei n. 8.245. de 18 de outubro de 1991 (Lei do Inquilinato);

- b) () configura contrato de compra e venda de bens móveis ou imóveis e, mesmo que tenha por objeto a compra e venda de imóveis, trata-se de contrato não formal e não solene;
- c) () as partes essenciais do contrato são duas: arrendador e arrendatário, sendo que o arrendador terá, necessariamente, de ser pessoa natural ou física, ao passo que o arrendatário será, necessariamente, pessoa jurídica;
- d) () deve ser formalizado por instrumento público ou particular e deve ostentar requisitos mínimos, e dois destes requisitos mínimos são "descrição dos bens que constituem o objeto do contrato, com todas as características que permitam sua perfeita identificação" e "prazo de arrendamento".¹

048 - No que refere à Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, marque a alternativa verdadeira:

- a) () não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as obrigações a título gratuito;
- b) () a decretação da falência não suspende o curso da prescrição, e das ações e execuções, em face do devedor;
- c) () o deferimento do processamento da recuperação judicial não suspende o curso da prescrição e das ações e execuções, em face do devedor;
- d) () as execuções de natureza fiscal são suspensas pelo deferimento da recuperação judicial, com ressalva à concessão de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e da legislação ordinária específica;

049 - Marque a alternativa falsa:

- a) () contra a decisão que conceder a recuperação judicial caberá agravo, que poderá ser interposto por qualquer credor e pelo Ministério Público;
- b) () a decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis também acarreta a falência destes, os quais ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida e, em razão disto, deverão ser citados para apresentar contestação, caso o desejem;
- c) () quanto à classificação dos créditos na falência, os créditos tributários, independente de sua natureza e tempo de constituição, a incluir as multas tributárias, possuem prioridade, na ordem de recebimento, em detrimento dos créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado, bem como sobre os créditos decorrentes de acidente de trabalho;
- d) () os créditos trabalhistas, cedidos a terceiros, serão considerados quirografários, no âmbito da classificação dos créditos na falência.

050 - Marque a alternativa falsa:

- a) () quando o endosso contém a expressão “*para cobrança ou por procuração ou valor a cobrar*” traduz um mandato, ensejando ao endossatário o exercício dos direitos emergentes do título, porém apenas lhe permitindo endossar como procurador. Trata-se do endosso-mandato, o qual não tem o condão de transferir a propriedade do título;
- b) () o aval é de família cambiária e a obrigação do avalista é autônoma em relação à obrigação do avalizado;
- c) () as debêntures não são títulos de massa e não são títulos de crédito causais, além de que não podem conter cláusula de correção monetária, atribuir prêmio de reembolso e nem ser convertidas em ações;
- d) () é ineficaz o endosso parcial ou limitado a uma parte do valor do título, pois quem endossa transfere integralmente o crédito contido no documento, não se admitindo o fracionamento.

Direito Processual Civil

051 - Assinale a alternativa correta:

- a) () o objeto da prova são apenas os fatos, pois o direito deve ser conhecido pelo juiz (*jura novit curia*);
- b) () o autor estará dispensado de provar suas alegações se ocorrer a revelia;
- c) () a confissão é meio de prova, a ser analisada diante do contexto probatório, não implicando presunção absoluta de veracidade dos fatos;
- d) () no procedimento sumário, o rol de testemunhas deve ser apresentado pelo autor e pelo réu em audiência.

052 - Assinale a alternativa correta:

- a) () no sistema do Código de Processo Civil vige o princípio da unicidade, que não veda a interposição cumulativa de recursos visando a impugnação do mesmo ato judicial;
- b) () os embargos declaratórios não interrompem o prazo para outros recursos caso a decisão embargada não padeça de omissão, contradição ou obscuridade;
- c) () a insuficiência no valor do preparo implicará em deserção, sendo vedada a sua complementação;
- d) () a apelação será recebida só no efeito devolutivo quando interposta de sentença que decreta a interdição.

053 - Assinale a alternativa correta:

- a) () nas ações que versem sobre direitos reais imobiliários, os cônjuges são litisconsortes necessários, se réus, mas, se autores, não;

- b) () a ação reivindicatória proposta pelos condôminos de um determinado imóvel configura-se hipótese de litisconsórcio assistencial;
- c) () o pedido de limitação, formulado pelo réu, diante do litisconsórcio multitudinário ativo não interrompe o prazo para resposta;
- d) () no litisconsórcio necessário o juiz determinará de ofício a citação de todos aqueles litisconsortes faltantes.

054 - Assinale a alternativa correta:

- a) () o perito não tem legitimidade para recorrer da decisão que o considera suspeito, admitindo-se, *ad eventum*, ação própria, acaso a exceção formal fomenta dano moral;
- b) () o recorrente para desistir do recurso necessita da anuência do litisconsorte;
- c) () o Ministério Público, como fiscalizador do cumprimento da lei, pode recorrer adesivamente;
- d) () o recurso interposto em qualquer situação por um dos litisconsortes a todos aproveita.

055 - Assinale a alternativa correta:

- a) () é atribuição do Tribunal Pleno, do Tribunal de Justiça de Goiás, aprovar o Regimento do Tribunal;
- b) () a propositura ao Poder Legislativo de norma para alterar a organização judiciária é atribuição do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Goiás;
- c) () os cargos de Juiz-Corregedor, em número de 05 (cinco), serão providos por juízes escolhidos pelo Tribunal de Justiça de Goiás, dentre os da Capital;
- d) () presidirá o Conselho Superior da Magistratura o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Goiás.

056 - Assinale a alternativa correta:

- a) () a ação civil pública não pode ter por objeto a condenação cumulativa em dinheiro e cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer;
- b) () na ação civil pública promovida pelo membro do Ministério Público é deferível o requerimento de depoimento pessoal do representante do *Parquet*, pois é possível a confissão;
- c) () é possível ação civil pública com o objetivo do exercício do controle concentrado de constitucionalidade de lei e atos normativos do Poder Público;
- d) () admite-se ação civil pública para impedir a cobrança de tributo taxado de inconstitucional, conforme forte orientação do Superior Tribunal de Justiça.

057 - Assinale a alternativa correta:

- a) o depósito nem sempre é necessário no seqüestro, porquanto o objetivo imediato da cautela não é a retirada da coisa da esfera da posse ou detenção do requerido;
- b) o arresto consiste em uma providência cautelar destinada a assegurar o resultado de processo de execução para entrega de coisa, iniciado ou ainda por iniciar, ou para garantir a eficácia de uma sentença executiva *lato sensu*;
- c) a exigibilidade da dívida não é requisito indispensável à concessão do arresto;
- d) a sentença ilíquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro, não configura título capaz de arrimar a cautelar de arresto.

058 - Assinale a alternativa correta:

- a) as ações possessórias têm por finalidade proteger a posse. Nelas não se discute a propriedade, podendo, até mesmo, o possuidor intentar a ação (e ter protegida sua posse) contra o proprietário;
- b) na ação possessória, com pedido específico, reintegração, provando-se que ainda não houve perda da posse, mas que poderá ocorrer, o juiz não outorgará o interdito proibitório para não incorrer em sentença *extra petita*;
- c) se o autor em seu pedido principal objetiva proteção à posse, mas cumulativamente pede a condenação do réu em perdas e danos, com desfazimento de construção, descaracterizada estará a natureza possessória da ação;
- d) nas ações possessórias, pode o réu, na resposta, alegar ofensa à sua posse. Neste caso, dado o caráter dúplice da ação, o juiz pode conceder ao requerido a proteção possessória, ainda que não haja pedido expresso nesse sentido.

059 - Assinale a alternativa correta:

- a) é homologável a sentença estrangeira que, em processo relativo à sucessão *mortis causa*, dispõe sobre bem imóvel situado no Brasil;
- b) na "competência" concorrente, prevista no art. 88 do Código de Processo Civil, ocorre litispendência entre ação processada no Brasil e ação processada em país estrangeiro;
- c) a competência da autoridade judiciária brasileira firma-se quando verificada alguma das hipóteses previstas nos artigos 88 e 89 do CPC. O Direito Brasileiro não elegeu a conexão como critério de fixação da competência internacional;

d) () a competência para a homologação da sentença estrangeira é do Supremo Tribunal Federal.

060 - O prazo para contestar na ação cautelar será:

- a) () de 15 (quinze) dias, contados da efetivação da liminar;
- b) () de 05 (cinco) dias, contados da concessão da liminar;
- c) () de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido;
- d) () de 05 (cinco) dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido.

Direito Penal

061 - Joaquim, desejando exibir a alguns amigos a arma de fogo recém adquirida por seu irmão, embora despreparado para manejá-la, acidentalmente aciona o gatilho produzindo lesões corporais em um deles, o qual, após quarenta dias de incapacidade para suas ocupações habituais, vem a falecer. Joaquim praticou:

- a) () lesão corporal culposa seguida de morte;
- b) () lesão corporal culposa de natureza grave agravada pelo resultado morte;
- c) () homicídio culposo;
- d) () homicídio doloso preterintencional.

062 - Em que crime contra o patrimônio o dolo é subsequente à posse lícita de coisa móvel:

- a) () estelionato;
- b) () apropriação indébita;
- c) () peculato;
- d) () receptação.

063 - Na aplicação da pena é possível que:

- a) () as causas de diminuição reduzam a pena aquém do mínimo legal, e as de aumento a elevem acima do máximo cominado;
- b) () as atenuantes inominadas só possam ser consideradas se forem anteriores ao crime;
- c) () as circunstâncias judiciais sejam apreciadas em conjunto com as atenuantes e agravantes;
- d) () na fixação da pena-base o juiz aprecie ao mesmo tempo as circunstâncias judiciais e legais.

064 - O agente que mantém a vítima consigo, momentaneamente, para retirar-lhe numerário, mediante grave ameaça, responde:

- a) por furto;
- b) seqüestro e cárcere privado;
- c) extorsão mediante seqüestro;
- d) roubo.

065- Em se tratando de erro, é correto afirmar:

- a) o erro de tipo essencial e invencível exclui o dolo e a culpa;
- b) o erro de tipo essencial e vencível exclui apenas o dolo;
- c) o agente que comete um crime, por erro essencial e invencível, provocado por terceiro, responde por ele a título de culpa;
- d) o agente que mata "A", acreditando que matou "B" (erro quanto à pessoa), é isento de pena.

066 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) no caso de crime praticado sob coação moral irresistível, deve ser punido apenas o coator;
- b) não se exclui a culpabilidade, quando o agente pratica o crime sob coação moral resistível, incidindo, contudo, na sua apenação, a circunstância atenuante do art. 65, inc. III, "c", 1ª figura, do Código Penal;
- c) o tutor que comete crime contra seu tutelado, terá declarada na sentença a sua incapacidade para o exercício da tutela;
- d) o agente que comete crime culposo pode alegar em seu benefício excludente de ilicitude.

067- Assinale a alternativa correta:

- a) o agente portador de doença mental será sempre inimputável, e por consequência, isento de pena;
- b) aquele que atinge a maioridade civil, casando-se aos dezesseis anos, torna-se penalmente imputável, se ainda nessa faixa etária pratica um furto simples;
- c) a pena deve ser reduzida, quando o agente, por embriaguez proveniente de caso fortuito, carecia ao tempo da ação ou omissão, da plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento;
- d) no caso de semi-imputabilidade, aplicam-se pena privativa de liberdade e medida de segurança.

068- Assinale a alternativa incorreta:

- a) para a fixação da pena-base devem ser analisadas as circunstâncias judiciais;

- b) () na fixação da pena, a diminuição de um a dois terços, no crime tentado, deve preceder ao aumento e/ou redução da mesma, em face das circunstâncias genéricas dos artigos 61 e 65, do Código Penal;
- c) () no concurso de agentes, mesmo que sejam todos reincidentes e menores de 21 anos de idade, a pena deve ser individualizada para cada um deles;
- d) () em se tratando de crimes praticados em continuidade delitiva, mesmo com cominações abstratas idênticas, é necessário o estabelecimento da pena em concreto, para cada um deles, com observância do critério trifásico, para só depois aplicar o disposto no art. 71, *caput*, do Código Penal.

069- Assinale a alternativa correta:

- a) () o agente que entra clandestinamente em uma residência e dali subtrai, para si, um aparelho de som e outros objetos, responde por duas condutas típicas – invasão de domicílio e furto;
- b) () o agente imputável que pratica um roubo, juntamente com dois menores de dezoito anos, só responde por roubo simples (art. 157, *caput*, do Código Penal);
- c) () o abandono material, por ser crime omissivo próprio, não admite a forma tentada;
- d) () o crime de quadrilha ou bando, para se configurar, exige a associação de pelo menos três pessoas.

070- Comete crime contra a administração da justiça:

- a) () alguém que teve bem penhorado, em processo de execução, rasga o edital que dá conhecimento da realização da venda do mesmo em hasta pública, em data determinada, para evitar que apareça algum arrematante;
- b) () alguém que estacionou o seu veículo, em local proibido, tenta impedir, através de ameaças, que o guarda de trânsito lavre o auto de infração;
- c) () alguém que, mesmo sabendo ser inocente um seu desafeto, imputa-lhe a prática de crime, dando causa à instauração de investigação policial;
- d) () alguém, ao ser abordado por um policial, que lhe pede para se identificar, recusa-se a fazê-lo, desacatando-o com ofensas verbais e ameaça de agressão.

Direito Processual Penal

071- Assinale a alternativa correta:

- a) () será concedida fiança a réu vadio, mesmo em crime afiançável apenado com reclusão, como no caso de furto simples ou qualificado, pela própria autoridade policial;

- b) a prisão por pronúncia poderá ser decretada pelo juízo singular em crime de roubo, com resultado morte;
- c) não impede a propositura da ação civil *ex delicto*, a decisão absolutória que reconhecer a inexistência material do fato;
- d) em crime de lesão corporal leve praticada por cônjuge da vítima, chamada violência doméstica, cuja pena é de detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, não se procede ao auto de prisão em flagrante e tampouco se exige fiança.

072- LIBB DINOSO, em crime contra os costumes, decorrente de congresso carnal não aquiescido pela vítima, de ação penal privada, detido em situação de flagrância, foi mantido segregado ainda na fase do Inquérito Policial, tendo efetivado a respectiva autoridade sua identificação dactiloscópica, mesmo identificando-se civilmente o indiciado perante ela com documentos autênticos e originais. Fulcrado neste enunciado, responda:

- a) contrariou o Delegado de Polícia garantia constitucional inerente ao acusado, insculpida no artigo 5º, LVIII, da carta política de 1988, em prejuízo, também, ao princípio da inocência (art. 5º, LVII,CF);
- b) responderia a Autoridade Policial por abuso de autoridade, descrito na lei 4898/65, além de sanções administrativas pertinentes à sua Corregedoria respectiva;
- c) as letras a e b estão corretas;
- d) nada responderia, em decorrência da edição da lei 10.054/00, permissível, em casos que tais, a identificação criminal.

073- Qual exceção é, primeiramente, considerada pelo Magistrado em relação às demais; em seguida, no mesmo item, afirme se é absoluta a competência. Por último, no mesmo desdobramento, qual princípio é de ação penal privada:

- a) de suspeição; pela prerrogativa de função. Da oportunidade;
- b) de coisa julgada; pelo domicílio do réu. Da legalidade;
- c) de ilegitimidade de parte; pela natureza da infração. Da conveniência;
- d) de suspeição; pelo lugar da infração. Da disponibilidade.

074- Assinale a alternativa correta:

- a) quando o fato for atípico, nos crimes dolosos contra a vida, o MM. Juiz absolverá o réu, nos termos do artigo 409 do CPP;
- b) as falhas e omissões da denúncia ou da queixa podem ser sanadas após a prolação da decisão de mérito, nomeadamente ao artigo 569 do CPP;

- c) () não constituindo o fato infração penal, desde logo, poderá o MM. Juiz rejeitar a peça acusatória, com espeque no artigo 43, I, do CPP;
- d) () na ação penal privada personalíssima, em caso de falecimento da vítima, poderá ela ser substituída por parente afim, tal como preconiza o artigo 31 do CPP.

075- OMEH LIANT, detido em flagrante por furto qualificado, não estando presentes os requisitos para manutenção de sua segregação cautelar, qual seria a contracautela para provocação do Magistrado a quo, caso este, ex officio, não o colocasse em liberdade:

- a) () revogação de prisão;
- b) () relaxamento da prisão em flagrante;
- c) () *habeas corpus*;
- d) () liberdade provisória, com ou sem fiança.

076- OMAR JINNAL, foi condenado por delito hediondo por decisão, todavia sujeita a recurso tanto para defesa quanto para a acusação. Conforme orientação dos Sodalícios nacionais, é consentâneo asseverar:

- a) () sendo primário e de bons antecedentes, poderá apelar, sem recolher-se à prisão;
- b) () apelar em liberdade, dependendo de fundamentada decisão do juízo monocrático, não sendo inconstitucional o dispositivo que determina a prisão para admissibilidade da apelação no juízo prelibatório;
- c) () não estando presentes os requisitos do artigo 312 do CPP e, ainda, primário e de bons antecedentes, apelar em liberdade, sendo considerado inconstitucional o dispositivo que ordena a prisão para admissibilidade no juízo prelibatório;
- d) () o réu, em qualquer hipótese, não poderá apelar em liberdade.

077 - Analise as seguintes assertivas e, ao findar, pontue a alternativa correta:

I – Punidos com detenção, os crimes contra a honra têm proceduralização, pelo menos de início, de natureza especial;

II – Crimes julgados pelo Tribunal do Júri, com dois ou mais réus, o interregno de tempo concedido à acusação e defesa será de três horas, para cada qual deles, e de uma hora para réplica e outra hora para a tréplica;

III – Considera-se sentença absolutória imprópria, a concessão de perdão judicial;

IV - A decisão de pronúncia, trânsita em julgado, poderá ser alterada pela verificação superveniente de circunstância que modifique a classificação do crime.

- a) () I, II e IV são corretas;

- b) () II e IV são erradas;
- c) () somente I e III são corretas;
- d) () I, II, III e IV são corretas.

078 - O prazo prescricional não será suspenso:

- a) () quando se conceder a suspensão condicional do processo, para o cumprimento de obrigações de 2 à 4 anos;
- b) () pela decretação de prisão preventiva em caso de citação do réu por edital;
- c) () pelo exame de sanidade mental do acusado;
- d) () por carta rogatória, para réu com endereço certo no exterior.

079 - Segundo o Código de Processo Penal, o recurso cabível da inadmissibilidade da apelação é:

- a) () o agravo;
- b) () o recurso em sentido estrito;
- c) () a carta testemunhável;
- d) () a correição parcial.

080 - Referentemente aos Juizados Especiais Criminais, é incorreto afirmar:

- a) () a competência regula-se pelo lugar em que se consumou a infração (lugar do resultado), não pelo local em que o fato foi praticado (lugar da ação);
- b) () da decisão de indeferimento da homologação da transação penal não cabe apelação e muito menos recurso em sentido estrito;
- c) () o prazo para interposição de embargos declaratórios da sentença ou acórdão é de 5 dias;
- d) () apesar de irrecorrível, a sentença homologatória está sujeita a ação anulatória pelos defeitos do ato jurídico, pelo Código Civil de 2002.

Direito Agrário

081- Assinale a alternativa correta:

- a) () módulo rural pode ser conceituado como a propriedade rústica, de área contínua, qualquer que seja sua localização, desde que se destine à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, e seja executada direta e pessoalmente pelo agricultor e sua família, absorvendo-lhes a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, variando de acordo com a região em que se situe e o tipo de exploração praticada;
- b) () módulo rural é uma medida de área suficiente para absorver a mão-de-obra do agricultor e sua família, variável de acordo com a região do país e o

tipo de exploração da terra, independentemente da renda produzida e da garantia do progresso social e econômico;

c) () o imóvel rural não é divisível em áreas de dimensões inferiores à constitutiva do módulo de propriedade rural, por força do princípio da indivisibilidade do imóvel rural, porém a lei excepciona os casos de sucessão *causa mortis* e nas partilhas amigáveis, podendo os herdeiros e legatários dividi-los em outros de dimensão inferior ao módulo;

d) () o conceito de empresa rural não abrange a atividade exercida por pessoa física, referindo-se apenas à pessoa jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro da condição de rendimento econômico da região e que explore área mínima agricultável do imóvel, excluída das áreas cultivadas as pastagens, matas naturais e áreas ocupadas com benfeitorias.

082- Assinale a alternativa correta:

a) () o contrato de parceria extrativa florestal encontra óbice legal, por constituir contrato de objeto ilícito, destinado a explorar os recursos ambientais com finalidades econômicas, ferindo os princípios que visam à preservação ambiental;

b) () legislação agrária proíbe a realização de contrato de subarrendamentos, embora a prática o haja consagrado, porque implica na transferência a outrem dos direitos e obrigações do contrato de arrendamento, desestimulando a produção pelo próprio agricultor ou pelo conjunto familiar;

c) () arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder a outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo ou não outros bens, benfeitorias, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial extrativa ou mista, mediante certa retribuição, observados os limites percentuais da Lei;

d) () a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, do imóvel que não cumprir a função social sujeita-se a indenização prévia, pelas benfeitorias, em títulos da dívida agrária, com prazo de carência de dez anos, e, dependendo do valor da avaliação, em até vinte anos, indenizando-se em dinheiro, com parcelamento de até cinco anos, o valor da terra nua.

083 - Assinale a alternativa correta:

a) () o imóvel rural classificado como pequena propriedade é aquele cuja área se compreende entre um (01) e quarenta (40) módulos fiscais, enquanto que a média propriedade é conceituada como o imóvel rural de área superior a 40(quarenta) até 150(cento e cinquenta) módulos fiscais, sendo ambos insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, salvo se produtivos;

b) () a Constituição Federal adotou como princípio a função social da propriedade, urbana ou rural, explicitando que a propriedade rural atende a sua função social quando, simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos na lei, atende ao aproveitamento racional e adequado, utiliza adequadamente os recursos naturais, preserva o meio ambiente, observa as normas reguladoras das relações do trabalho e favoreça o bem estar dos proprietários e trabalhadores;

c) () o contrato de parceria rural não exige a transferência do bem, para se aperfeiçoar, nem está sujeito a um limite temporal mínimo, para a sua validade, facultando-se aos contratantes convencionarem expressamente o tempo de duração do contrato, em face do princípio da autonomia da vontade e da natureza do objeto contratado;

d) () no contrato de arrendamento rural, a obrigação do arrendatário não se limita ao pagamento do aluguel, ficando obrigado aos ônus decorrentes do uso e gozo do imóvel rural, razão pela qual o arrendador poderá exercer ingerência na forma e no resultado econômico obtido pelo arrendatário.

084 - Assinale a alternativa correta:

a) () o arrendatário, ao término do contrato, tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, desde que não proibidas pelo arrendante, podendo ainda levantar as benfeitorias voluptuárias, desde que não danifique o imóvel; porém, o direito de permanência no imóvel só lhe será deferido se obteve autorização escrita para implementação das melhorias;

b) () o contrato de subparceria rural não encontra autorização expressa na legislação agrária, ao contrário do subarrendamento rural, de sorte que não é lícita a sua realização, em face dos princípios expressos que regem as relações de trabalho rural, marcados pela intervenção estatal;

c) () a forma inadequada de exploração do imóvel rural não retira, por si mesma, a proteção legal social e econômica deferida ao parceiro outorgado, de forma que o parceiro outorgante continua obrigado concordar com a solicitação de crédito rural, com a liberdade de dispor dos frutos e produtos, com a proibição de venda exclusiva dos frutos e produtos ao outorgante;

d) () o imóvel rural que não cumpre a função social sujeita-se à desapropriação, por interesse social, com finalidade exclusiva de reforma agrária, respeitado o princípio do devido processo legal e da indenização prévia e justa.

085 - Assinale a alternativa incorreta:

a) () os contratos agrários são regidos por normas de caráter imperativo e de proteção social ao economicamente mais débil, tornando por isso mesmo seus princípios indisponíveis e de obrigatória aplicação, atenuando

sensivelmente o princípio da liberdade contratual e fazendo prevalecer o dirigismo contratual;

b) () imóvel rural, para o direito agrário, é o prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer por meio da iniciativa privada, quer através de planos públicos;

c) () as regras relativas à garantia de permanência no imóvel, pelo arrendatário, até que se ultimem os trabalhos necessários à colheita não se aplicam à parceria agrícola, pecuária, agropecuária e agroindustrial ou extrativa, à falta de expressa previsão legal;

d) () a terra pública não pode, em regra, ser objeto de contrato de arrendamento ou de parceria rural, por ferir a essência da atividade estatal. Todavia, se a lei permitir o arrendamento ou a parceria dessas terras, ter-se-á por aplicáveis as disposições do Estatuto da Terra e do Decreto 59.566/66, com as ressalvas pertinentes.

086 - Assinale a alternativa incorreta:

a) () a lei impede que as partes transformem o contrato de parceria em arrendamento ou vice-versa, porém, nada impede que os contratantes convençam o contrato misto, em que se mesclam cláusulas de arrendamento e parceria sobre um mesmo imóvel rural;

b) () o preço do arrendamento só pode ser ajustado em quantia fixa de dinheiro, mas o seu pagamento pode ser ajustado que se faça em dinheiro ou em quantidade de frutos cujo preço corrente no mercado nunca inferior ao preço mínimo oficial, equivalha ao do aluguel, à época da liquidação;

c) () a legislação agrária estabeleceu a imperatividade das normas atinentes aos contratos agrários, com vistas a beneficiar a parte economicamente mais frágil, impondo a nulidade absoluta como sanção a essa desobediência e tornando sem efeito qualquer avença em contrário, porém, não haverá nulidade se a cláusula contratual, embora contrária à lei, traduzir-se em benefício da parte hipó-suficiente;

d) () no caso de renovação dos contratos agrários, o proprietário deverá, seis meses antes do vencimento, se houver terceiro que deseje o arrendamento ou parceria, notificar o arrendatário ou parceiro outorgado, por via judicial ou extrajudicial, para que manifeste a sua preferência, assegurando-se em favor destes, em condições iguais, a preferência na renovação. A falta de notificação ocasiona a renovação automática, com possibilidade de denúncia do contrato, pelo parceiro ou arrendatário, até cinco meses antes do seu vencimento.

Direito Eleitoral

087- Sobre o alistamento e o voto, assinale a alternativa correta:

- a) o alistamento e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos e facultativo para os maiores de setenta anos;
- b) o alistamento é proibido durante o período em que o eleitor estiver conscrito;
- c) não podem alistar-se eleitores analfabetos;
- d) após o Código Civil de 2002 o voto dos eleitores com idade entre 16 (dezesseis) e 18 (dezoito) anos tornou-se obrigatório.

088 - Sobre registro de candidatura, assinale a alternativa correta:

- a) segundo decisão do Supremo Tribunal Federal, ao titular de mandato eletivo, candidato à reeleição, é assegurado o registro de sua candidatura para o mesmo cargo, pelo partido a que esteja filiado, mesmo que não tenha sido escolhido e indicado pela convenção, conforme regra do § 1º, do art. 8º, da Lei das Eleições;
- b) a decisão que indefere registro de candidatura tem efeito imediato, por força do art. 257, do Código Eleitoral, que prevê que os recursos eleitorais não terão efeito suspensivo;
- c) conforme o atual entendimento do TSE, as condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser auferidas ao tempo do registro de candidatura e não na data da eleição;
- d) o prazo para recurso da decisão que decide Ação de Impugnação de Registro de Candidatura é de 48 (quarenta e oito) horas.

089 - Os Órgãos da Justiça Eleitoral estão previstos pelo art. 118, da "Carta de Outubro", sendo eles o Tribunal Superior Eleitoral - TSE, os Tribunais Regionais Eleitorais - TRE's, os Juizes Eleitorais e as Juntas Eleitorais. Sobre a composição dos órgãos da Justiça Eleitoral assinale o que for correto:

- a) dentre os dois Ministros que compõem o Tribunal Superior Eleitoral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal, um exerce a função de Presidente e o outro a de Corregedor Geral;
- b) os membros do TSE filiados à OAB são nomeados pelo Presidente da República, enquanto nos TRE's a escolha é feita pelo Governador do Estado;
- c) os Juizes Eleitorais no exercício dessas funções gozarão de plenas garantias e serão inamovíveis, prerrogativa que não se aplica aos demais integrantes das Juntas Eleitorais;
- d) o Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Desembargadores.

090 - Sobre os Recursos Eleitorais, assinale a assertiva correta:

- a) nenhum recurso eleitoral terá efeito suspensivo, aplicando-se a regra do art. 257, do Código Eleitoral;
- b) o prazo para Recurso contra decisão que julga a Representação prevista no artigo 96 da Lei nº 9.504/97 é de vinte e quatro horas da publicação da decisão em Cartório ou da Sessão de Julgamento;
- c) o Tribunal Superior Eleitoral, ao julgar Recurso Especial Eleitoral, poderá reexaminar as provas produzidas, desde que objeto do Recurso, tendo em conta o princípio do *tantum devolutum quantum apelatum*;
- d) no Direito Eleitoral é cabível Agravo de Instrumento das decisões proferidas pelos Juízes Eleitorais de primeiro grau, aplicando-se subsidiariamente o Código de Processo Civil.

091 - De acordo com o previsto pela Lei 11.300, de 10 de maio de 2006, marque a alternativa correta:

- a) o candidato não será responsável pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha;
- b) a realização de comícios e a utilização de aparelhagem de sonorização fixa são permitidas no horário compreendido entre as 8 (oito) e as 24 (vinte e quatro) horas, exceto para a realização de *showmícios*, quando o período se estenderá até às 02:00 horas;
- c) é permitida, até a antevéspera das eleições, a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral, no espaço máximo, por edição, para cada candidato, partido ou coligação, de um oitavo de página de jornal padrão e um quarto de página de revista ou tablóide;
- d) no mês em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

092 - Sobre domicílio eleitoral responda o que for correto:

- a) para efeito da inscrição é domicílio eleitoral o lugar de residência ou moradia do requerente e verificando ter o alistando mais de uma, caberá ao Juiz decidir sobre uma delas;
- b) o domicílio eleitoral é o mesmo domicílio civil;
- c) a transferência do domicílio eleitoral poderá ser feita apenas após dois anos da última transferência;
- d) a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais, se infira ser o eleitor residente, ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no Município a abonar a residência exigida, a exemplo de contas de luz, água ou telefone, envelopes de correspondência,

nota fiscal, contracheque, cheque bancário, documento do INCRA, entre outros, a critério do Juiz.

093 - Determinado candidato a Prefeito promete benefícios a certo eleitor em troca de voto. O Ministério Público Eleitoral ingressa com Ação de Investigação Eleitoral e o candidato tem seu registro cassado, sendo declarado inelegível por três anos. A sentença de primeiro grau não é objeto de recurso e transita em julgado. O candidato, através de seus Advogados, ajuíza ação rescisória perante o Tribunal Regional Eleitoral. Analisando o caso concreto responda, o que for certo:

- a) a ação proposta é cabível, tendo em conta que ataca decisão de 1º grau;
- b) a ação proposta não é cabível, pois no Direito Eleitoral só é admitida Ação Rescisória em face de decisões do Tribunal Superior Eleitoral;
- c) o Tribunal deverá remeter a ação para a Zona Eleitoral correspondente, por se tratar de decisão de Primeiro Grau;
- d) o Tribunal deverá remeter a ação para o TSE, por se tratar de decisão de Primeiro Grau.

Direito da Criança e do Adolescente

094 - Sobre o tema “medidas sócio-educativas”, marque a alternativa errada:

- a) é taxativo (e não simplesmente exemplificativo) o rol de medidas sócio-educativas indicadas no art. 112, I a VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- b) a internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- c) a liberdade assistida pode ser determinada desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitando a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial, e será fixada pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses;
- d) a prestação de serviços à comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente de 6 (seis) meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

095 - É medida aplicável às entidades governamentais de atendimento que descumprirem obrigação constante do art. 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras:

- a) cassação do registro;
- b) suspensão total ou parcial do repasse de verbas orçamentárias;
- c) interdição de unidades ou suspensão de programa;
- d) advertência.

096 - Assinale a alternativa falsa:

- a) as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente forem violados ou ameaçados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- b) em caso de flagrante delito de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa, a lavratura do auto poderá ser substituída por boletim de ocorrência circunstanciada;
- c) o adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária;
- d) a remissão, como forma de extinção ou suspensão do processo, poderá ser aplicada em qualquer fase do procedimento, antes da sentença.

097 - Sobre as funções do Ministério Público, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:

- a) compete ao Ministério Público conceder a remissão como forma de exclusão do processo;
- b) a falta de intervenção do Ministério Público nos procedimentos regulados no Estatuto da Criança e do Adolescente acarreta a anulabilidade do feito;
- c) o representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, exceto na situação de incomunicabilidade decretada pela autoridade judiciária;
- d) o representante do Ministério Público não será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo.

098 - Assinale a assertiva correta:

- a) na medida de internação, a liberação será compulsória aos 18 (dezoito) anos de idade;
- b) em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, dispensada a manifestação do Ministério Público;
- c) no curso do cumprimento da medida de internação, não será permitida a realização de atividades externas;
- d) a medida de internação não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada 6 (seis) meses.

099 - Sobre a Capital Federal, é correto afirmar:

- a) a Constituição de 1891 já previa a sua transferência para o Planalto Central;
- b) a sua pedra inaugural foi lançada em abril de 1921;
- c) foi planejada para abrigar uma população de 600 (seiscentas) mil pessoas;
- d) uma das condições fundamentais para a sua construção era a presença de mão-de-obra importada, principalmente dos países asiáticos, para trabalhos na construção civil.

100 - Sobre a economia de Goiás, é correto afirmar que:

- a) são inúmeros os produtos agrícolas produzidos no Estado, sendo que o maior destaque fica por conta da plantação de laranja e uva;
- b) a soja, atualmente, é o maior produto de exportação da economia goiana, e também o cultivo em maior quantidade e espaço, ocupando o primeiro lugar no *ranking* da produção de grãos goianos;
- c) o milho, ao lado da cana-de-açúcar, são os produtos agrícolas mais exportados do Estado, principalmente para os países da América Latina;
- d) entre as microrregiões que mais produzem grãos em Goiás está a de São Miguel do Araguaia, no Noroeste do Estado.